

## **6. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS DIRETORES DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS – ADITAMENTO:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, informação da Divisão de Educação, propondo, em aditamento às competências já delegadas nos diretores dos agrupamentos de escolas (reunião de 11.11.2013), a competência para **afetação do pessoal não docente dentro do respetivo agrupamento**, de modo a permitir adequar a distribuição deste pessoal às especificidades do agrupamento, sem prejuízo da aplicação da Portaria nº. 1049-A/2008, de 16 de setembro, na sua atual redação.

INFORMAÇÃO Nº I/195/DE/2015

Referência	Data
0-GENÉRICO	23-11-2015

**ASSUNTO: ADITAMENTO À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS DIRETORES DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS**

No âmbito das novas competências atribuídas ao poder local em matéria de educação pelo Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, foi celebrado, entre o Ministério da Educação e o Município de Braga, o Contrato n.º 242/2009, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 156, de 13 de agosto de 2009.

Este Contrato define as condições de transferência para o Município de Braga das atribuições a que se referem as alíneas a), c) e d) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, designadamente nos seguintes domínios: a) pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar; b) atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico; c) gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

No que se refere ao pessoal não docente transferido, sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na sua atual redação, a Câmara Municipal passou a exercer as competências de recrutamento, afetação, colocação, remuneração, homologação da avaliação do desempenho, poder disciplinar para aplicação de pena superior a multa e decisão de recursos hierárquicos.

Por deliberação do órgão executivo de 11/11/2013, foram delegadas nos Diretores/Presidentes das Comissões Administrativas Provisórias dos Agrupamentos de Escolas Alberto Sampaio, André Soares, Braga Oeste, Carlos Amarante, Celeirós, D. Maria II, Dr. Francisco Sanches, Maximinos, Mosteiro e Cávado, Real, Sá de Miranda e Trigal Santa Maria, as seguintes competências:

- Justificar ou injustificar faltas, com exceção das faltas por doença que impliquem a submissão a Junta Médica da ADSE ou CGA, acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões respeitantes a férias, incluindo autorização para acumulação das mesmas, com respeito pelo interesse do serviço;
- Deferir ou indeferir o estatuto de trabalhador-estudante;
- Instaurar processos disciplinares;
- Homologação da avaliação do desempenho.

Considerando que este município, em conjunto com a comunidade escolar, pretende contribuir para um serviço de excelência e de qualidade das atividades educativas, e tendo em conta que o pessoal não docente constitui um capital humano de importância fundamental no bom funcionamento dos agrupamentos de escolas, propõe-se que, em aditamento às competências já delegadas nos diretores dos agrupamentos de escolas (cf. Edital n.º 165/2013, de 13 de novembro), seja delegada a competência para **afetação do pessoal não docente dentro do respetivo agrupamento**, de modo a permitir adequar a distribuição deste pessoal às especificidades do agrupamento, sem prejuízo da aplicação da Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro, na sua atual redação.

À consideração superior

Braga, 23 de novembro de 2015

*Maria Cordeiro Paulo Araújo*

*Concorda com a importância.  
A consideração do Sr. Presidente.  
02. dezembro. 2015*

*ref. 2.1*

**ASSUNTO: DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE PESSOAL NÃO DOCENTE DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS**

O Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, procedeu ao desenvolvimento do quadro de transferência de competências para os Municípios em matéria de educação. O âmbito da transferência para os Municípios relativo às atribuições e competências encontra-se previsto no artigo 2.º do referido Decreto-Lei.

A citada transferência encontra-se em consonância com o previsto no Contrato de Execução celebrado entre o Município de Braga e o Ministério da Educação – Contrato n.º 242/2009, Diário da República 2.ª Série, n.º 156, de 13 de agosto.

Nestes termos, atendendo, por um lado, à necessidade de articulação entre as partes envolvidas - agrupamentos de escolas, pessoal não docente e município - e, por outro lado, à conveniência de agilização de procedimentos e supressão de formalidades,

submete-se à Consideração do Executivo a presente proposta de delegação das competências a seguir indicadas nos Diretores / Presidentes das Comissões Administrativas provisórias dos Agrupamentos de Escolas André Soares, Alberto Sampaio, Braga Oeste, Celeirós, Carlos Amarante, D. Maria II, Dr. Francisco Sanches, Maximinos, Mosteiro e Cávado, Real, Trigal Santa Maria e Sá de Miranda, nos termos das alíneas c) e d) dos n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro e do n.º 6 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelos Decretos-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, e 137/2012, de 2 de julho, a saber:

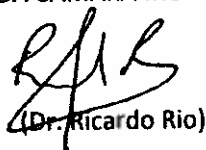
- a) Justificar ou injustificar faltas, com exceção das que impliquem a submissão a Junta Médica da ADSE ou da CGA, acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- b) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões respeitantes a férias, incluindo autorização para acumulação das mesmas, com respeito pelo interesse do serviço;
- c) Deferir ou indeferir o estatuto de trabalhador-estudante;
- d) Instaurar processos disciplinares;
- e) Homologação das avaliações do desempenho.

As competências acima mencionadas deverão ser exercidas relativamente ao pessoal não docente deste Município afeto a cada agrupamento de escolas.

Proponho a ratificação de todos os atos já praticados no âmbito das competências delegadas pelo presente despacho.

Braga, 29 de outubro de 2013.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA



(Dr. Ricardo Rio)